



UM boletim

45

7 • ABR • 97

Dionísio na Universidade: a praxe como rito de passagem

Abre-se o Outono, em Braga, com tempos de efervescência, excesso e desassossego: atarefa-se a Academia com a “recepção ao caloiro”. Uma erupção cíclica de práticas diversas marca ostensivamente o início do ano lectivo. Trata-se de um ritual de passagem similar a tantos outros que abundam nas sociedades humanas, dos povos caçadores-recolectores às cibernautas comunidades científicas. Celebra-se uma mudança de estado e de estatuto. Trabalha-se colectivamente a transição entre o antes e o depois, o que está fora e o que fica dentro; procede-se à transmutação simbólica de um ser que adquire uma nova identidade. São os caloiros o alvo deste zelo alquímico. Desde o “início de aulas”, vão ser submetidos, dia após dia, durante três longas semanas, a uma série de cerimónias e de provações tidas como indispensáveis à sua investidura. Noutros povos estes ritos são orquestrados por sacerdotes, feiticeiros, chefes, grupos de idosos e demais categorias do género. Aqui são os “doutores”. São eles os que detêm autoridade para o efeito, os únicos competentes para levar a cabo determinados actos. O espaço do ritual, o palco ou a arena, embora centrado no Campus, estende-se ao resto da cidade, com particular apetência para os lugares mais centrais.

Como em todos os rituais, temos um tempo, um local, destinatários, mestres de cerimónias e um público, este dividido, aliás, quanto às virtudes do “espectáculo” promovido. Centremo-nos agora nas práticas. Quem pretende ascender à nova posição, entrar no “admirável mundo novo”, apresenta-se ainda poluído, “desgraçado”, pelo seu estado anterior de inferioridade. Cumpre aos “doutores” e à praxe tratá-lo, purificá-lo, para, no término, o integrar e erigir ao estatuto de par. Como? Visto os recrutas chegarem poluídos, impróprios para tão sublimes esferas, urge regenerá-los, purgá-los. O procedimento não é original: enregimentados e enfileirados, os caloiros são reunidos em rebanhos, cada um correspondente a um curso; são marcados, pintados, conspurcados na face, lugar da honra, e em várias partes do corpo (a estigmatização na Antiguidade agia de modo semelhante). Emblematicamente apropriados pela instituição hóspede, aglomerados em grupos, misturados numa massa indiferenciada, as suas personalidades e vontades próprias tendem a ser apagadas. Fardam-se uns e outros. Uns de doutores, outros do que calha, com maior ou menor imaginação: pijamas, sacos de plástico, caixas, jornais... O rebaixamento, o enxovalho, manifesta-se sob múltiplas formas. Domesticados, devem corresponder à voz do dono. Em formação, em silêncio ou em coro, de rastros ou em poses insólitas e humilhantes, insistentemente associados a animais, ei-los que marcham em fila para o futuro! Uns e outros...

A praxe lembra-nos alguns rituais populares. Transpondo as leis de Morgan para a “higiene social”, acredita-se que impuro sobre impuro dá puro. Na Idade Média recorria-se aos excrementos para redimir e purificar. Na praxe abusa-se dos seus equivalentes simbólicos: papel e pensos higiénicos, penicos, ovos, iogurtes... As virtudes “regeneradoras” da sexualidade tão pouco são ignoradas. Antes



252613315

S U M Á R I O

Despachos e Circulares	3
Regul. C. Eng. Mecânica	4
Regul. C. Eng. Polímeros	7
Actos e Provas Académicas	10
Nomeação de Júris	12
Editais	23
Escolas/Institutos/Reunião dos Órgãos/ /Acesso aos Cursos Lic. e Bacharelato	27
Serv. A. Social/Serv. Documentação	28
GAP	29
Protocolos	31
Notícias	32
Legislação	41
Inst. Biotecnologia e Química Fina	51

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE E EDIÇÃO	Reitoria da U. Minho Largo do Paço 4709 BRAGA CODEX Telef. 612 234 Fax 616 936
COORDENAÇÃO	Lic.ª Maria Fernanda Ferreira
EXECUÇÃO GRÁFICA	A. J. Simões Dias
COMP. E IMPRESSÃO	Reprografia e Publicações da Univ. do Minho
PERIODICIDADE	Mensal
TIRAGEM:	1 000 exemplares
Depósito Legal	n.º 65285/93
ISSN	0872-508X

▶ *pelo contrário, tornam-se uma autêntica obsessão expressa, sem quaisquer subtilezas, por todos os meios imagináveis: objectos, vocabulário e gestos obscenos, travestis, simulacros de prostituição e de actos sexuais, o “caldo” bem nutrido com ingredientes vários e temperado com preservativos. A travessia para o eldorado académico parece implicar, deste modo, a descida à bestialidade, ao grau zero da humanidade.*

Habitualmente, este tipo de rituais faz-se acompanhar de paródias, de dramatizações e inversões sociais. Apresentam-se como momentos de caos em que a ordem social é parcial, excepcional e episodicamente suspensa. Aproveita-se o ensejo para a crítica, para ridicularizar os seus arautos, para respirar uma bufaçada de “liberdade” e saborear, por um tempo, a encenação e o usufruto de um poder, mesmo que seja “para rir”. Atente-se no Carnaval, nos povos onde, durante um curto interregno, as mulheres assumem, por exemplo, os papéis dos homens ou tudo se passa a fazer ao contrário do normal. Se a praxe é pródiga em fruição e “curtição do poder”, já nos parece pobre no que diz respeito à crítica social. A paródia, a corrosão dos poderes universitários, brilha pela quase ausência. O mesmo no que concerne as demais autoridades. Se alguma instituição resulta macaqueada então é a militar: posturas, marchas, ritmos, discursos, ordens, invocações do “inimigo”...

Há aspectos da praxe que nos deixam algo perplexos. Po exemplo, o grau de semelhança com práticas congéneres das instituições ditas totalitárias. Na forma, no conteúdo e na intensidade, a praxe académica pouco se destrinja dos rituais de acolhimento característicos das casernas, das prisões, dos conventos, dos navios ou dos internatos. Em ambos, a mesma inclinação pelos desfiles e concentrações: aparatosas paradas pavoneiam-se pelas praças públicas (ex. as estrondosas “lata-das”). No entanto, a actual instituição académica está nos antípodas do que pode considerar-se como uma instituição totalitária. Não existe enclausuramento, nem corte face ao mundo exterior, nem controle sistemático e global dos indivíduos, nem tão pouco uma disciplina tendente à domesticação e limagem das vontades e das personalidades.

Todos os ritos de passagem convergem para um momento final, o da absorção pela corporação. É a hora do reencontro, dos banquetes, da bebida, dos espectáculos, da música, do estar em conjunto. Tempo de efusão e de confusão, de comunhão num corpo colectivo succulento de vida. Cimentam-se amizades, cerram-se os laços. E a integração dos “caloiros” ocorre porventura mais rápida e eficiente do que sem o contributo da praxe. Solidariedade entre os neófitos mas também com e entre os estabelecidos. É esta a principal função manifesta da praxe. Sob esta função, a de integração, engrossam outras mais ou menos latentes. A recepção ao caloiro assinala o início do ano lectivo para todos os alunos sem distinções. Envolto no ritual, por detrás das máscaras, dão livre curso aos seus instintos e pulsões, aos seus fantasmas, medos e recalamentos, à “beleza e à bestialidade” que cada um traz dentro de si. A praxe serve de pretexto para uma complexa terapia psicológica e social.

Quanto às perplexidades enunciadas, elas esbatem-se com a contextualização da praxe no “espírito do tempo”: neotribalismo, fixação no presente, império do efémero e dos sentidos, retorno do irracional e do intersticial, catarse e “busca da excitação”. À “sombra de Dionísio”, varrida pelos ventos da pós-modernidade, a praxe adquire maior inteligibilidade.

Perante a praxe, a Academia divide-se: aprova, contesta, tolera... A Igreja na Idade Média conheceu uma situação semelhante. Enquanto que o papa Inocêncio III denunciava a profusão de sacrílegas manifestações carnavalescas, parte do clero retorquia com a parábola das pipas de vinho que devem ser periodicamente abertas sob risco de explosão... Um último apontamento: para além de rito de passagem a praxe é também um rito de instituição. Ela procede a “um trabalho da universidade sobre si mesma”. De forma mais ou menos travessa, os novos alunos, e a sociedade em geral, são introduzidos aos veneráveis agentes, estruturas e valores da Academia. Uma estátua de Prometeu acolhe quem entra no Campus de Gualtar. Por que não erguer outra, eventualmente desmontável, a Dionísio?

Prof. Albertino Gonçalves